



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60

RESPOSTA DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL.

PROCESSO Nº 024/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2023

Objeto: Registro de Preços para futuras e eventuais contratação de empresa especializada na organização, produção e execução de eventos, incluindo apoio logístico e serviços correlatos, bem como o fornecimento de toda infraestrutura necessária, de acordo com as necessidades de cada evento (a serem realizados em localidades diversas do município), conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital e seus anexos

IMPUGNANTE: MKDS EVENTOS MARKETING E DIVERTIMENTOS LTDA

I- DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE:

- 1.1 A Impugnante alega que o edital de licitação exige como condição de habilitação, que o licitante possua registro ou visto no Conselho Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA de Minas Gerais, porém tal exigência é restritiva e ofende o inciso I, § 1º do artigo 3º da Lei 8666/93 no qual veda aos agentes públicos estabelecer “preferências ou distinções em razão da sede ou domicílio dos licitantes” eis que é evidente que as empresas estarão inscritos nos conselhos de seu local de origem.
- 1.2 Apresenta entendimentos do Tribunal de Contas sobre o tema, afirmando que o visto somente seria necessário no início da execução do contrato
- 1.3. Por fim solicita a alteração do edital para proceder a retirada do visto da Empresa no CREA - MG

II - DA RESPOSTA

2.1 - Vistos e recebidos o Requerimento por esta Equipe de Pregão, passamos à análise e posterior decisão.

2.2. Primeiramente, há de se ressaltar que os procedimentos adotados para realização do presente Pregão Eletrônico estão de acordo com as leis 8.666/93 e 10.520/02, em especial no que concerne aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, igualdade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

2.2.1. O princípio da legalidade impõe ao agente público uma atuação nos termos do que prediz a lei. Em outras palavras, somente é possível a ele agir da forma que a lei assim determinar.

Rua Capitão João Mariano Dias. Nº 86, Centro – Bocaina de Minas – MG - CEP 37.340-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60

2.2.2. O princípio da impessoalidade trata sobre a garantia nas licitações públicas da igualdade de condições a todos os concorrentes.

2.2.3. O princípio da moralidade é um corolário que "exige a honestidade, lealdade, boa-fé de conduta no exercício da função administrativa". Em outras palavras, além de cumprir a lei, a Administração Pública deve respeitar a ética, a moralidade, a lealdade, o decoro e a boa-fé.

2.2.4. Já o princípio da publicidade diz respeito à proibição de edição de atos secretos pela Administração Pública. A ideia é de que se o interesse é público os atos também devem ser públicos.

2.2.5. Quanto ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, este vincula a Administração Pública a seguir de forma estrita a todas as regras que tenham sido previamente estipuladas para disciplinar e conduzir ao certame.

2.2.6. Com relação ao princípio do julgamento objetivo, significa que o administrador deve observar critérios objetivos definidos no ato convocatório para o julgamento das propostas. Afasta a possibilidade de o julgador utilizar-se de fatores subjetivos ou de critérios não previstos no ato convocatório.

2.3. Neste sentido, importante esclarecer que todos os atos desta equipe de Pregão estão pautados na legislação e nos princípios que regem a licitação pública.

2.4. No mérito, analisando as alegações da impugnante, já era de conhecimento desta Equipe de que a exigência de visto do licitante no Conselho Regional de Engenharia de Minas Gerais é indevida, pois de fato direciona o objeto somente para empresas sediadas e que possuem visto no Estado de Minas Gerais, porém equivocadamente foi inserido no edital tal exigência, sendo certo de que o objetivo era exigir somente que a empresa seja inscrita no CREA para prestar tais serviços.

2.5. Neste sentido, o edital será retificado de acordo com a solicitação da Impugnante, visando ampliar a competitividade do certame e melhor atender o interesse público.

III - DA DECISÃO

Face ao exposto, após análise e considerações apresentadas, é decisão do Pregoeiro em **dar provimento** à Impugnação ora apresentada, para retirar do edital a exigência de visto do licitante no Conselho Regional de Engenharia de Minas Gerais, ratificando-se o exigido inicialmente do instrumento convocatório, conforme justificado nesta decisão.

Rua Capitão João Mariano Dias. Nº 86, Centro – Bocaina de Minas – MG - CEP 37.340-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60

Diante da procedência do pedido, o edital será retificado e a nova data do certame será no dia 10/05/2023 as 09:00h.

Bocaina de Minas, 24 de abril de 2023.


Gilmar de Oliveira Barbosa Arantes
Pregoeiro